



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

Rua Arcângelo Bianchini, 69 - Bairro: Progresso - CEP: 88790-000 - Fone: (48)3622--7332 - Fiscal 483622-7334
JEC483622-7342 - Email: laguna.civel2@tjsc.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL Nº 0900061-08.2016.8.24.0040/SC

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (REPRESENTADO)

REPRESENTANTE LEGAL DO AUTOR: SANDRA GOULART GIESTA DA SILVA - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA LAGUNA (REPRESENTANTE)

RÉU: CELIO ANTONIO

RÉU: DENISE BARRETO PEGORARA ANTONIO

RÉU: JANICE DOS REIS

RÉU: ANGELO LUIZ MATOS

RÉU: INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ESPORTIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA TÁTICA E AÇÃO

SENTENÇA

I. RELATÓRIO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ajuizou a presente ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face de **Célio Antônio, Denise Barreto Pegorara Antônio, Janice dos Reis, Ângelo Luiz Matos e Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação**, todos já qualificados nos autos.

Sustenta o *Parquet* na exordial que os requeridos, em conluio, causaram prejuízos ao erário. Aduz que, por meio do Processo Administrativo n. 864/2010, firmou-se convênio entre o Município de Laguna e o Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo, sem o devido processo licitatório.

Discorre, a propósito, que o convênio firmado repassou valores ao Instituto acionado para realização do Carnaval de 2010, contudo, houve a constatação de favoritismo e enriquecimento ilícito de terceiros, já que a verdadeira intenção era beneficiar financeiramente a conveniada e seu presidente.

Nesses termos, argumenta que o Município de Laguna, por meio da Fundação Lagunense de Cultura, repassou o valor total de R\$ 632.600,00 (seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos reais), a título de subvenção social, ao INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ESPORTIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA TÁTICA E AÇÃO para realização do evento. No entanto, afirma que o que se verificou foi a ocorrência de uma verdadeira fraude, destinada, desde o início, a beneficiar referido Instituto e seu presidente, o requerido ÂNGELO LUIS MATOS, impedindo o caráter competitivo, em razão da falta de licitação.

Ressalta, ainda, que o suposto "convênio" foi assinado em 12 de fevereiro de 2010, isto é, no mesmo dia em que teve início o carnaval de Laguna e teve término previsto para 31 de dezembro de 2010, deixando evidente a trama existente entre os requeridos, haja



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

vista que o Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação não teria tido tempo hábil para preparar, organizar e montar toda a organização das festividades e ainda contratar as atrações no mesmo dia em que assinou a proposta do convênio.

Em linhas gerais, detalha que o acionado CÉLIO ANTÔNIO, Chefe do Executivo Municipal à época, repassou inicialmente o valor de R\$ 628.400,00 (seiscentos e vinte e oito mil e quatrocentos reais) para a Fundação Lagunense de Cultura, a qual, por meio de sua presidente, a ora requerida JANICE DOS REIS, repassou tal numerário ao Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação.

Prossegue afirmando que, estranhamente, apesar de se tratar de "convênio" firmado com objetivo de promover a realização do carnaval de 2010, o prazo de vigência foi inicialmente fixado até 29 de dezembro de 2010 e, posteriormente, foi prorrogado, através do primeiro termo aditivo, até 28 de fevereiro de 2011. Dita prorrogação foi assinada e autorizada pela requerida DENISE BARRETO PEGORARA ANTÔNIO, esposa do prefeito Célio Antônio, a qual assumiu a presidência da Fundação Lagunense de Cultura e também assinou um segundo aditivo ao contrato.

Narra, então, que o segundo aditivo foi assinado pela requerida Denise Barreto Pegorara Antônio no dia 10 de janeiro de 2011, ocasião em que Célio Antônio repassou para a Fundação Lagunense de Cultura, então presidida por Denise, a quantia de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), que foi prontamente transferida ao Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação, assim totalizando o valor de R\$ 632.600,00 (seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos reais) repassados para a realização do carnaval de 2010, ou seja, um ano depois do evento, o instituto acionado ainda estava recebendo verba pública por ter realizado o carnaval do ano anterior.

Assevera que a subvenção foi direcionada ao Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação e os valores foram repassados sem qualquer orçamento ou comprovação dos gastos com a organização do evento, ensejando o uso indevido de recursos públicos e o enriquecimento ilícito de terceiros.

Em arremate, conclui afirmando que, por via travestida, o Município de Laguna, através da Fundação Lagunense de Cultura, doou a quantia de R\$ 632.600,00 (seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos reais) para uma empresa privada usufruir, sozinha, dos lucros que resultaram da festa, com flagrante burla à licitação e enriquecimento ilícito dos acionados.

À vista disso, o *Parquet* requereu a condenação dos requeridos às sanções do art. 12, incisos II e III, da Lei de Improbidade Administrativa, tendo em vista a prática dos atos de improbidade previstos no art. 10, *caput*, I, VIII e XII, e art. 11, *caput*, I, ambos da Lei n. 8.429/92 (redação anterior à Lei n. 14.230/2021).

O feito foi instruído com farta documentação (evento 1, PET1).

Houve a notificação dos requeridos (eventos 18, 21, 49, 62), os quais



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

apresentaram defesa preliminar em conjunto (evento 65, PET245).

Sobreveio manifestação do Órgão Ministerial (evento 73).

Devidamente notificado (evento 43), o Município de Laguna manifestou interesse em integrar o feito e requereu a sua inserção no polo ativo como litisconsorte (evento 52).

Houve o recebimento da inicial e o afastamento da preliminar de incompetência do Juízo aventada em manifestação prévia (evento 104).

Citados (eventos 119, 116, 110, 112 e 114), os requeridos apresentaram contestação conjunta na qual sustentaram, preliminarmente: **a)** nulidade do feito; **b)** incompetência do Juízo; **c)** inépcia da inicial; **d)** ilegitimidade passiva do réu Célio Antônio; **e)** ilegitimidade passiva dos réus Instituto Tática e Ângelo Luiz Matos; **f)** ilegitimidade passiva da ré Denise Barreto Pegorara; e **g)** ausência de causa de pedir. No mérito, sustentaram que as ilegalidades apontadas pelo Ministério Público na exordial não ocorreram. Em arremate, discorreram sobre a inexistência da prática de ato de improbidade de administrativa e postularam a improcedência do pedido inicial (evento 121).

Houve réplica (evento 127).

Sobreveio decisão de saneamento, que afastou as preliminares aventadas em contestação e designou audiência de instrução e julgamento (evento 130).

O Município de Laguna acostou aos autos cópia do processo administrativo que deu origem ao objeto da demanda (evento 201, PROCADM2).

Realizada a audiência de instrução processual, procedeu-se à oitiva da testemunha arrolada pela requerida Janice dos Reis, bem como à oitiva de duas testemunhas arroladas pelo requerido Celio Antonio. A testemunha Sergio Farias Gomes foi dispensada, assim como as demais testemunhas ausentes. Por fim, declarou-se encerrada a instrução e abriu-se vista às partes para alegações finais (evento 202).

O Ministério Público apresentou memoriais, oportunidade em que requereu que sejam julgados procedentes os pedidos formulados na inicial, para o fim de ser reconhecida a prática dos atos ímprobos perpetrada pelos demandados Célio Antônio, Denise Barreto Pegorara Antônio, Janice dos Reis, Ângelo Luiz Matos e Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação descritos no artigo 10, *caput*, e incisos I, VIII e XII, e no artigo 11, *caput*, e inciso I, ambos da Lei 8.429/1992, com a condenação ao cumprimento das sanções previstas no art. 12, inciso II ou, subsidiariamente, no inciso III, da referida lei. Ainda, postulou a condenação dos acionados ao ressarcimento integral do prejuízo causado ao erário público, consistente na devolução aos cofres públicos dos valores recebidos atualizados, acrescidos de juros e correção monetária, com fundamento no arts. 5º e 18, ambos da Lei n. 8.429/1992 (evento 205).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

A defesa da parte requerida, por sua vez, apresentou suas derradeiras razões, ocasião em que arguiu, preliminarmente, (a) a nulidade do feito por ofensa ao disposto no art. 17, § 3º da Lei 8.429/92, uma vez que entendeu necessária a citação da Fundação Lagunense de Cultura, ao argumento de que foi a pessoa jurídica de direito público responsável pela assinatura do convênio com o Instituto Tática e Ação; (b) incompetência deste Juízo, sustentando que os valores recebidos pela Fundação Lagunense de Cultura e repassados ao Instituto são de origem federal; (c) ilegitimidade passiva do réu Celio Antônio, sob a tese de que o convênio foi firmado entre a Fundação Lagunense de Cultura (FLC) e o Instituto Tática e Ação, não havendo participação do acionado no convênio firmado; (d) ilegitimidade passiva dos réus Instituto Tática e Ação e Angelo Luiz Matos, aduzindo que inexistiu ato ímprobo praticado pelos réus e (e) ilegitimidade passiva da ré Denise Barreto Pegorara, aduzindo que não há como imputar-se ato de improbidade administrativa contra a ré Denise, pois não foi ela a responsável pelo convênio realizado, tendo apenas assinado, na condição de Presidente da Fundação em 2011, um único aditivo. Em relação ao mérito, sustentou, em apertada síntese, a inexistência de ato de improbidade administrativa por ofensa aos princípios da Administração Pública, bem como a ausência de dano ao erário (evento 209).

Em razão da promulgação da Lei n. 14.230 de 25 de outubro de 2021, que promoveu profundas mudanças na Lei de Improbidade Administrativa (n. 8.429/92), converteu-se o julgamento da causa em diligência e determinou-se a intimação das partes para manifestação (evento 219).

Com vista dos autos, defendeu o Ministério Público, em suma, a irretroatividade da Lei n. 14.230/2021 e a inoccorrência da prescrição intercorrente, requerendo o prosseguimento do feito em seus ulteriores termos (evento 222).

Os requeridos postularam a aplicação retroativa da Lei n. 14.230/21, com a extinção do feito, sob a tese de ocorrência da inépcia da inicial, pela ausência de individualização da conduta de cada um dos demandados; pela perda superveniente do objeto e pela impossibilidade de se imputar ato de improbidade em virtude do cargo ocupado. Subsidiariamente, pleitearam o reconhecimento da ocorrência da prescrição intercorrente, haja vista que já decorrido o prazo de mais de 4 (quatro) anos desde o ajuizamento da ação e a fase atual do feito (evento 239).

Os autos vieram-me conclusos.

É, em escorço, o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa promovida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina em face de **Célio Antônio, Denise Barreto Pegorara Antônio, Janice dos Reis, Ângelo Luiz Matos e Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação** pela prática, em tese, dos atos de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

improbidade administrativa previstos no art. 10, *caput*, e incisos I, VIII e XII, e art. 11, *caput*, e inciso I, ambos da Lei 8.429/1992 (redação anterior à Lei n. 14.230/2021).

De início, ressalta-se que, por meio da decisão proferida no evento 130, já foram devidamente analisadas e afastadas as preliminares arguidas pelos requeridos em contestação e repisadas em sede de alegações finais.

Outrossim, no que tange à alegação de ocorrência de inépcia da petição inicial, pela ausência de individualização da conduta de cada um dos acionados, verifica-se que tal matéria já foi examinada na decisão que recebeu a exordial (evento 104), restando preclusa.

Dessarte, a fim de evitar tautologia desnecessária, mantenho a deliberação constante dos eventos 104 e 130 e, tendo em vista a tese ainda não examinada de prescrição intercorrente (evento 239, PET1), passo a tecer as considerações pertinentes às inovações promovidas na Lei de Improbidade Administrativa.

Pois bem.

Com a entrada em vigor da Lei n. 14.230/21, que promoveu modificações substanciais na definição dos atos de improbidade administrativa e no processamento das ações correspondentes, faz-se necessário analisar os impactos e a aplicabilidade da nova lei aos fatos ocorridos antes de sua vigência, especialmente em relação aos processos já em tramitação, como é o caso presente.

As alterações relativas ao procedimento a ser observado nas ações de improbidade administrativa aplicam-se aos processos em curso, sem prejuízo, contudo, aos atos praticados e às situações jurídicas já consolidadas sob a vigência das regras anteriores, nos termos do art. 14 do Código de Processo Civil.

É o que ocorre, por exemplo, com as novas regras de procedimento previstas nos arts. 14 a 18-A da Lei n. 8.429/92.

A aplicação imediata, todavia, não se confunde com aplicação retroativa, vedada aos institutos de direito processual.

A Lei n. 14.230/21, contudo, vai além das alterações procedimentais, modificando normas de caráter material, como as relativas à tipificação dos atos de improbidade administrativa.

Acerca do assunto, o Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida no dia 18 de agosto de 2022 no ARE 943.989, definiu o Tema 1199, que tratava justamente acerca da (ir)retroatividade das disposições da nova Lei 14.230/2021 na Lei da Improbidade Administrativa. Na oportunidade, estabeleceu as seguintes teses:

"1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, é irretroativa, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;

3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do tipo culposo, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei" (grifei).

Como visto, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a prescrição intercorrente prevista na nova Lei não será aplicada aos atos de improbidade administrativa cometidos anteriormente à sua publicação, o que torna possível o processamento do feito em seus ulteriores termos com o devido enfrentamento do mérito propriamente dito.

No mesmo sentido, colhe-se da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL VISANDO A CONDENAÇÃO DE DUAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 12, INCS. I, II E III, DA LEI N. 8.429/1992, PELA PRÁTICA, EM TESE, DOS ATOS ÍMPROBOS DESCRITOS NOS ARTS. 9º, CAPUT E XI; 10, CAPUT, E ART. 11, INC. I, DA CITADA LEI. EVIDENCIADO, MEDIANTE APARATO PROBATÓRIO CONTIDO NO FEITO, QUE AS RÉS, NO INTUITO DE EVITAR DESCONTOS REMUNERATÓRIOS POR FALTAS INJUSTIFICADAS, APRESENTARAM ATESTADOS MÉDICOS NOS DIAS EM QUE DEIXARAM DE COMPARECER AO TRABALHO PARA PARTICIPAR DE TORNEIOS ESPORTIVOS, DE INTERESSE PARTICULAR, OCORRIDOS NOS ANOS DE 2009, 2010, 2011 E 2012. DEMANDA JULGADA PROCEDENTE. ACIONADAS CONDENADAS A RESSARCIREM OS VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE E AO PAGAMENTO DE MULTA CIVIL. [...] 2) ENTRADA EM VIGOR, APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, DA LEI N. 14.320/2021, QUE ESTABELECEU MODIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS NO TEXTO DA LEI N. 8.429/1992, AS QUAIS, CONFORME ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO DESTA CORTE ESTADUAL DE JUSTIÇA, RESSALVADOS OS CASOS EXCEPTUADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO TEMA 1.199 (PROCESSOS TRANSITADOS EM JULGADO E NORMAS RELACIONADAS À PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE), SÃO APLICÁVEIS AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA ENTRADA EM VIGOR, EM ADENDO À EXPRESSA PREVISÃO LEGAL ACERCA DA INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR ÀS AÇÕES DE IMPROBIDADE (ART. 1º, §4º, DA LIA). 2) **PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE AVENTADA PELAS RÉS NESTA INSTÂNCIA RECURSAL, PREVISTA NO ART. 23, §§ 4º E 5º, DA LEI N. 8.429/1992 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 14.230/2021).** MATÉRIA DELIBERADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, COM REPERCUSSÃO GERAL, NO JULGAMENTO DO TEMA 1.199/STF, QUE REPUTOU O **REGIME PRESCRICIONAL PREVISTO NA LEI N. 14.230/2021 IRRETROATIVO, APLICANDO-SE OS NOVOS MARCOS TEMPORAIS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA DENOMINADA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO INSUBSISTENTE. PRELIMINAR AFASTADA.** 3) MÉRITO. [...] APELO PARCIALMENTE PROVIDO NO PONTO. 4. RECURSO CONHECIDO*



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

EM PARTE E, NESSA DIMENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO" (TJSC, Apelação n. 0900061-27.2014.8.24.0024, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Sandro Jose Neis, Terceira Câmara de Direito Público, j. 07-02-2023)" (grifei).

Igualmente:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **DECISÃO QUE REJEITOU A TESE DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.** TEMA 1.199 DO STF. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS ACERCA DA PRÁTICA DO ATO IMPROBO. ALTERAÇÕES BENÉFICAS PROMOVIDAS PELA LEI N. 14.230/21. APLICAÇÃO AOS ATOS DE IMPROBIDADE PRATICADOS NA VIGÊNCIA DO TEXTO ANTERIOR DA LEI, RESSALVADOS OS PROCESSOS COM TRÂNSITO EM JULGADO E AS NORMAS RELACIONADAS À PRESCRIÇÃO. "4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei." **PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA LEI 14.320/2021 PARA PROCESSOS QUE JÁ SE ENCONTRAVAM EM TRÂMITE.** RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 5012283-58.2022.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Vilson Fontana, Quinta Câmara de Direito Público, j. 31-01-2023)" (grifei).*

E, também:

*"IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.** INOVAÇÃO TRAZIDA PELA LEI N. 14.230/2021. **IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DO NOVO REGIME PRESCRICIONAL DA LIA.** JULGAMENTO DO TEMA N. 1.199 PELO STF. FATOS E PROPOSITURA DA AÇÃO QUE ANTECEDEM A PUBLICAÇÃO DA NOVA LEI. APELO PROVIDO PARA CASSAR A SENTENÇA E DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. "O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei." (TEMA 1199 - ITEM 4)" (TJSC, Apelação n. 0900172-44.2016.8.24.0055, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 13-12-2022)" (grifei).*

Portanto, afasto a hipótese de prescrição intercorrente.

Isso posto e não havendo outras questões pendentes de apreciação, passo ao exame do mérito.

II.I Dos atos de improbidade administrativa descritos nos artigos 10, caput, I, VIII e XII da Lei n. 8.429/92.

A controvérsia da presente demanda consiste na verificação da prática, pela parte requerida, de ato que se enquadre como improbidade administrativa. Isso porque, nos termos da exordial, o Ministério Público afirma que a parte demandada violou o art. 10, *caput*, I, VIII e XII da Lei n. 8.429/92.

Inicialmente, imperioso registrar que a ação por ato de improbidade administrativa encontra supedâneo no art. 37, §4º, da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme *in verbis*:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível."

No plano infraconstitucional, merece destaque a Lei nº 8.429/92, que, dentre outras coisas, define pressupostos e dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes que atentam contra a probidade administrativa.

Os atos de improbidade previstos na Lei n. 8.429/92, com redação dada pela Lei n. 14.230/2021, são divididos em 3 (três) espécies: os que importam enriquecimento ilícito (artigo 9º), os que causam prejuízo ao erário (artigo 10) e os que atentam contra os princípios da Administração Pública (artigo 11).

Em relação aos atos ímprobos em exame, estabelece a Lei n. 8.429/92 (com redação dada pela Lei n. 14.230/2021, que alterou a Lei de Improbidade Administrativa):

"Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

I - facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente."

As referidas previsões legais invocadas pela parte autora visam punir: **a)** a facilitação ou concorrência para apropriação de valores públicos; **b)** a frustração do procedimento licitatório e a **c)** a facilitação do enriquecimento de terceiro.

A facilitação ou concorrência para apropriação de valores públicos (art. 10, I), ocorre quando o agente não os incorpora ao seu patrimônio pessoal, mas possibilita que isso seja realizado por um terceiro. Concorrer tem o sentido de contribuição, bastando, inclusive, que se remova óbices à incorporação para ser caracterizado o ato. Já a facilitação é entendida



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

como tornar fácil ou coadjuvar, sendo o oposto de erigir barreiras defensivas do patrimônio público econômico. Além disso, a ação não precisa ser necessariamente comissiva, sendo admitida a facilitação omissiva (por inércia), sempre que o agente público tem o dever de impedir o ato.¹

Quanto à frustração de procedimento licitatório (art. 10, VIII), o próprio dispositivo legal indica que poderá ser por meio de frustração da licitude da licitação ou de processo seletivo, bem com pela dispensa desses indevidamente.

No que tange à facilitação do enriquecimento de terceiro (art. 10, XII), tal previsão sintetiza todo o conteúdo dos demais incisos previstos no art. 10. Com efeito, *"facilitar é tornar mais fácil, afastando óbices ou, mesmo, omitindo-se. Permitir é deixar. São diferentes de concorrer, que adiciona àquelas condutas o plus do auxílio material, da cooperação. O agente público pode favorecer, deixar ou contribuir materialmente para o enriquecimento de terceiro".*²

Por oportuno, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para que seja admitida a tipificação das condutas do(s) requerido(s) como incurso(s) nas sanções cabíveis, imprescindível a comprovação da presença do elemento subjetivo, nos seguintes termos:

"O entendimento jurisprudencial do STJ é pacífico no sentido de que improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente; [é] indispensável para a caracterização de improbidade que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92, ou pelo menos eivada de culpa grave, nas do artigo 10' (AIA 30/AM, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Corte Especial, DJe 28/09/2011)." (AgRg no REsp 1.224.462/MG, rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, j. em 15/10/2013, DJe 22/10/2013).

In casu, o Ministério Público afirma na exordial que os demandados, em conluio, causaram prejuízos ao erário ao celebrarem convênio com o fim de beneficiar o Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação e seu Presidente. Além disso, aduz que o convênio foi executado de forma irregular e sem a devida prestação de contas. Tais atos, segundo argumenta, amoldam-se às condutas ímprobas acima descritas.

De outro turno, em sede de contestação (evento 121), os requeridos afirmam inexistir ato de improbidade administrativa, bem como beneficiamento com eventuais atos ilegais por meio de dolo, má-fé ou desonestidade. Sustentam, ainda, a ausência de provas do suposto dano ao erário.

Finda a instrução processual e realizada a detida análise das provas carreadas aos autos, verifica-se que razão assiste ao Órgão Ministerial.

Com efeito, extrai-se do caderno processual que, no ano de 2010, por meio da



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

Fundação Lagunense de Cultura, o Município de Laguna firmou o Convênio n. 005/2010 com o Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação.

O referido instrumento, com cópias no evento 1 (INF19 a INF21), foi firmado em 12/02/2010 e possuía como objeto o custeio das despesas provenientes da realização do Carnaval 2010 do Município de Laguna. Ainda, para o referido fim, foi destinada a quantia de R\$628.400,00 (seiscentos e vinte e oito mil e quatrocentos reais), somada à quantia de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), totalizando R\$632.600,00 (seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos reais).

Nesses moldes, compulsando detidamente os elementos de prova, ressaí sobejamente demonstrado que, naquela ocasião, **todos** os requeridos fizeram parte da negociação, pois: **I) Célio Antônio** era o atual Prefeito Municipal, sendo responsável pela transferência dos valores à Fundação Lagunense de Cultura; **II) Janice dos Reis** e **III) Denise Pegorara Antônio** exerciam a presidência da referida fundação, sendo a primeira requerida responsável por assinar o contrato que repassou a verba, e a segunda responsável pelos dois termos aditivos que prorrogaram o contrato e repassaram outros valores; e, ainda, **IV) Ângelo Luis Matos** era o presidente do **V) Instituto Tática e Ação**, que recebeu os valores repassados.

Os documentos colacionados aos autos dão conta de que, na verdade, o convênio celebrado visava beneficiar o Instituto contratado e seu representante, tendo sido executado de forma irregular. Isso porque, embora tenha sido firmado um convênio, resta claro que este não era o objetivo da contratação, tratando-se de mera forma de burlar o procedimento licitatório.

Conforme leciona a doutrina, *"enquanto os contratos administrativos são caracterizados pela existência de interesses contrapostos das partes (o Poder Público tem por objetivo promover o interesse público e o particular pretende auferir lucro), os convênios administrativos são caracterizados pela comunhão de interesses dos conveniados (os partícipes possuem os mesmos interesses)"*³.

Na hipótese vertente do feito, verifica-se que não havia interesse comum entre a realização do evento cultural de carnaval e a finalidade do Instituto esportivo requerido. Ao revés, restou confirmado que o instituto contratado para a realização das festividades do Carnaval de 2010 obteve lucro com a execução do objeto, caracterizando, dessa forma, uma verdadeira forma de contratação direta para prestação de serviços.

A finalidade lucrativa, inclusive, restou expressamente consignada na documentação do referido convênio, em sua cláusula oitava, a qual prevê que: *"a CONCEDENTE definirá pontos, onde poderão ser colocadas tendas, pirâmides e ou barracas, para a exploração de atividade comercial, durante o prazo de vigência deste convênio, fica autorizada a CONVENIENTE a explorar e ou comercializar os referidos pontos comerciais"* (evento 1, INF21).

Nada obstante isso, tem-se ainda que tal fato ocorreu sem que os valores arrecadados fossem repassados ao Município e tampouco ocorresse a devida prestação de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

contas a respeito da destinação de tais recursos.

Cumprе ressaltar a respeito, como bem delineado pelo *Parquet* em suas razões finais, "*que o repasse dos valores ocorreu sem a realização de qualquer levantamento ou orçamento por parte do Município, totalizando, com o termo aditivo, o valor exorbitante de R\$ 632.600, 00 (seiscentos e trinta e dois mil reais), enquanto no ano anterior o valor repassado para custear as despesas com a organização da festividade teria sido de R\$ 200.000, 00 (duzentos mil reais)*".

Ainda, o "convênio" firmado permitiu que a entidade ré explorasse pontos de comércio de bebidas e alimentação, assim como valores de ingressos para camarotes dos shows, sem que tais valores fossem repassados ao Município e sem que houvesse nem mesmo a devida prestação de contas a respeito da destinação dada a tais recursos. Ou seja, o Município arcou com os custos e a beneficiária colheu os lucros, evidenciando que, no que tange ao recebimento de recursos públicos objeto desta ação, houve finalidade lucrativa." (SIC, ev. 205, fls. 4-5, com grifo no original).

Em adição, vale gizar que a celebração de contratos pela Administração Pública **tem como regra a realização de procedimento licitatório**. Prevê o art. 37, XXI da Constituição Federal, bem como o art. 2º da Lei 8.666/1993 que:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressaltadas as hipóteses previstas nesta Lei" (grifei).

De mais a mais, como bem ressaltou o Ministério Público em sua derradeira manifestação, ainda que fosse o caso de celebração de convênio, o objeto poderia ser desempenhado por outra entidade, o que exigiria a prévia realização de licitação.

Diante desse cenário, ressai suficientemente patenteada a finalidade lucrativa da contratação arregimentada pelos acionados.

Para além disso, a intenção deliberada de frustrar a licitação também deflui comprovada dos autos, porquanto há prova de que o Instituto requerido estava previamente acordado para ser o conveniente. Tanto é que assinou o contrato em 12/02/2010, dia em que



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

iniciou o Carnaval (evento 1, INF30), e assinou plano de trabalho no dia 29/01/2010 (evento 1, INF38). Ademais, o servidor Gustavo Luz Guedes, em sede de declaração perante o Ministério Público, afirmou que *"provavelmente o instituto já havia contratado os fornecedores anteriormente, pois não haveria possibilidade de fazê-lo no mesmo dia"* (Ev. 1, INF180, fl.1).

Sendo assim, forçoso concluir que houve, na verdade, a celebração de um contrato administrativo, restando rechaçada a ideia de convênio. Indiscutível, dessarte, a notória frustração do procedimento licitatório.

Seguindo no mesmo caminho já delineado, também se constata que o comportamento dos requeridos facilitou que o Instituto e seu presidente apropriassem-se de valores públicos de forma indevida – em evidente intento de enriquecimento ilícito. Isso porque, como já mencionado, ao afastarem a obrigatoriedade do procedimento licitatório, os demandados não permitiram que o interesse público fosse atendido por meio de proposta de serviço mais vantajosa.

É importante, igualmente, destacar outras irregularidades que foram constatadas na execução do convênio firmado, o que corroboram, ainda mais, o conluio firmado entre os requeridos e a real intenção que possuíam.

Bem a propósito, verifica-se que no termo firmado havia um prazo estabelecido para a prestação de contas do numerário recebido, conforme se destaca:

"CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

1. Prestar contas a CONCEDENTE do numerário recebido, em até 30 dias, após o recebimento, segundo das normas da contabilidade, obedecendo as formalidades legais;" (Ev. 1, INF20).

Entretanto, conforme demonstrado pela documentação que segue a exordial, a prestação de contas foi apresentada em data muito posterior à realização da festividade de carnaval. Segundo evidencia o ofício 03/2011 (evento 1, INF90), a prestação de contas final foi apresentada somente em 12/09/2011, e com uma série de notas fiscais datadas de diversos meses e até ano posterior após o evento (evento 1, INF104 a INF175).

Ainda, impende ressaltar que o prazo do suposto convênio firmado pelas partes acionadas foi inexplicavelmente elástico. Segundo consta do instrumento, iniciou-se em 12/02/2010 e encerrou-se em 31/12/2010 (evento 1, INF91), sendo prorrogado pelo primeiro aditivo até 28/08/2011 (evento 1, INF31). Enquanto isso, o evento objeto da contratação teve início em 12/02/2010 e fim em 17/02/2010.

Desse modo, o acervo probatório encartado nos autos, formado, notadamente: a) pelo direcionamento do objeto da contratação por meio de convênio, na forma de subvenção social, sem deflagração de procedimento licitatório; b) pela fixação de valor exorbitante para repasse aos requeridos, sem a existência de qualquer orçamento prévio; c) pela finalidade lucrativa do Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação e seu Presidente, Ângelo Luiz Matos; d) pelo prévio ajuste entre os réus constatado por meio da data da assinatura do convênio; e) pelo prazo de vigência do convênio estabelecido em desacordo com o prazo da festividade e f) pela ausência de prestação de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

contas dentro do prazo e de controle por parte da Fundação Lagunense de Cultura evidencia, sobejamente, o **dolo** dos acionados para a prática dos atos ímprobos descritos na exordial, com o especial fim de liberar irregularmente verbas públicas para custear as despesas provenientes da realização do CARNAVAL 2010 do Município de Laguna e, com isso, beneficiaram-se indevidamente com dinheiro público.

É inegável, portanto, que os requeridos Célio Antônio, Denise Barreto Pegorara Antônio, Janice dos Reis, Ângelo Luiz Matos e Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação praticaram os atos de improbidade administrativa previstos no artigo 10, *caput*, e incisos I, VIII e XII, da Lei de Improbidade, uma vez que: a) houve a facilitação para a incorporação ao patrimônio particular do Instituto Tática e Ação e seu Presidente, das verbas provenientes do Município de Laguna; b) ocorreu a dispensa indevida de procedimento licitatório e, ainda, c) sobreveio a permissão, facilitação ou concorrência para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

Quanto ao prejuízo ao erário, resta comprovado que houve o elemento anímico doloso de lesão ao erário, pois, com o enriquecimento ilícito de terceiros a partir das condutas praticadas pelo acionados, resta evidente o prejuízo aos cofres públicos, uma vez que tais valores deveriam ser depositados integralmente na conta do Município de Laguna.

Sendo assim, restou devidamente comprovado que os requeridos violaram o art. 10, *caput*, incisos I, VIII e XII da Lei 8.429/92, configurados como atos de improbidade administrativa. Todos os acionados, como já dito, participaram da negociação e devem ser punidos pelos atos praticados.

II.II. Dos atos de improbidade administrativa descritos no art. 11, *caput*, e inciso I, ambos da Lei n. 8.429/92.

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina imputou aos requeridos **Célio Antônio, Denise Barreto Pegorara Antônio, Janice dos Reis, Ângelo Luiz Matos e Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação** a prática da conduta prevista no art. 11, *caput*, e inciso I, da Lei n. 8.429/1992.

Ao tempo da propositura da ação, a redação do dispositivo era a seguinte:

"Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência".

No entanto, em 25 de outubro de 2021 foi editada a Lei n. 14.230/2021, que passou a dispor:

" [...] Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos e seção da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

VI - incisos I, II, IX e X do caput do art. 11;

[...]

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." (grifei)

Ainda, o dispositivo do art. 1º da Lei n. 8.429/1992, com redação dada pela Lei n. 14.230/2021, estabelece que:

"Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

[...]

§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador".

Diante desse quadrante, verifica-se que, além de a nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 14.230/2021) modificar a anterior (Lei n. 8.429/1992) ao excluir o termo "qualquer" que tornava o rol de atos administrativos exemplificativo, igualmente revogou o dispositivo do art. 11, *caput*, e inciso I, da LIA.

Vale gizar, inclusive, que o artigo 5º da novel Lei n. 14.230/2021 regulamentou que o referido Diploma Legal entraria em vigor na data da sua publicação. Desse modo, em razão do direito intertemporal, a aludida norma se aplica aos processos em curso, incluindo o presente.

Destaco, mais uma vez, o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal em 18.08.2022 no ARE 943.989, quando definiu as balizas do Tema 1199:

1) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se - nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA - a presença do elemento subjetivo - DOLO;

2) A norma benéfica da lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;

3) A nova lei 14.230/21 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei. (grifei)

Logo, tem-se que a norma benéfica apenas não retroagirá nos casos em que já há coisa julgada, sendo plenamente aplicável aos processos em curso.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

Nesses moldes, depreende-se que com a redação dada pela Lei n. 14.230/2021 ao art. 11 da Lei de Improbidade as condutas lá descritas passaram a ser taxativas, afastando a violação genérica a princípios, bem como a previsão antes disposta no inciso I do mencionado dispositivo.

Portanto, a rigor, para que seja punível, a ação ou omissão imputada à parte acionada necessita se enquadrar em uma das condutas indicadas no rol do artigo 11 da Lei n. 8.429/92 (Lei n. 14.230/2021).

De fato, se antes havia um tipo aberto, caracterizado pelo advérbio de modo "notadamente", cujas condutas narradas nos incisos respectivos eram meramente exemplificativas, agora se trata de tipo fechado. A nova lei exige que a ação ou omissão dolosa seja caracterizada por alguma das condutas descritas nos incisos. Está-se diante de um rol taxativo, de modo que, não se adequando àquelas descrições, não há falar em improbidade administrativa.

Dessa forma, com a referida revogação, deixou de ter continuidade normativa a conduta imputada na inicial.

Acerca do imbróglio, o Sodalício Catarinense já decidiu:

"IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - MUDANÇAS NA LEI - DIREITO MATERIAL FAVORÁVEL AOS RÉUS - APLICAÇÃO AOS FATOS PASSADOS - RECURSO PROVIDO PARA ABSOLVIÇÃO. 1. A Lei 14.230/21 alterou substancialmente a Lei 8.429/92 (a Lei de Improbidade Administrativa). As modificações foram tão representativas, alterando-se valorativamente o regramento anterior, que surge, pode ser dito, uma "Nova Lei de Improbidade Administrativa". Há tendência nas instâncias ordinárias de considerar que (a) a atual disciplina tem aplicação retroativa quanto ao direito material, se favorável ao acusado - derivação constitucional, que assim prega quanto ao direito penal, mas que vale identicamente ao direito administrativo sancionador; e (b) a regulamentação de caráter processual valerá apenas para o futuro, preservando-se o que se deu perante o regramento revogado. Adere-se a esse posicionamento, ressaltando-se que nos casos de pontos de estrangulamento (Cândido Rangel Dinamarco) entre direito material e processual (condições da ação, provas, coisa julgada e regime econômico) a questão mereça maior reflexão. O STF ainda cuidará da aludida retroatividade em repercussão geral, mas não há, por ora, ordem de suspensão. 2. **Caso em que, ante o novo regramento, não existe mais tipificação no art. 11 (a ofensa a princípios administrativos); mesmo que em tese fosse possível o enquadramento em outra conduta constante do rol, seria necessária a demonstração da intenção de atender a propósito pessoal - o que não se caracterizou.** Faltam os elementos objetivo e subjetivo para o enquadramento como ato ímprobo. Muito menos se permite punição de Chefe do Executivo - com base no art. 10 - pela contratação de escritório de advocacia para a prestação de serviços jurídicos no âmbito do município, pois além de precedida de processo licitatório tampouco ficou demonstrado propósito desonesto ou efetivo prejuízo ao erário. 3. **Recurso provido para julgar improcedente o pedido, prejudicada a remessa necessária"** (TJSC, Apelação n. 0900084-08.2017.8.24.0043, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. **14-07-2022**, grifei).

Outrossim:

"APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

*OBJETIVADA CONDENAÇÃO DOS DEMANDADOS POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM RAZÃO DO EMPREGO DE VIOLÊNCIA CONTRA OS DETENTOS RECLUSOS NAS GALERIAS 'A' E 'B' DO PRESÍDIO REGIONAL DE CHAPECÓ, EM JANEIRO DE 2016. VEREDICTO EXTINGUINDO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO (ART. 485, INC. VI, DO CPC). INSURGÊNCIA DO MEMBRO COMPETENTE DO PARQUET ATUANTE NO JUÍZO A QUO. SUSTENTADA INAPLICABILIDADE DAS MODIFICAÇÕES DA LEI N. 8.429/92, INTRODUZIDAS PELA LEI N. 14.230/21, AOS ATOS PROCESSUAIS JÁ CONSOLIDADOS, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. TESE INSUBSISTENTE. PROLOGAIS. "Improbidade Administrativa. Art. 11, caput, I e II, da Lei n. 8.429/1992. Posterior inovação legislativa. Lei n. 14.230/2021. Revogação dos tipos que previam as condutas imputadas aos réus. Sentença de improcedência. 1) Inconstitucionalidade do art. 4º, VI, da Lei n. 14.230/2021, que revogou os incisos I, II, IX e X do art. 11 da Lei n. 8.429/1992. Violação ao princípio da vedação ao retrocesso. Inocorrência. Ausência de imutabilidade do rol de condutas. Fato que, por si só, não configura retrocesso ou proteção deficiente. 2) Retroatividade da Lei n. 14.230/2021. Aplicação aos casos sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior. Tema n. 1.199 do STF. Precedentes deste Tribunal. Recurso desprovido". (TJSC, Apelação Cível n. 0900597-02.2018.8.24.0023, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. em 18/10/2022). "O princípio da vedação do retrocesso social não se presta à finalidade de embarçar toda e qualquer inovação legislativa que se mostre indesejável ou inconveniente sob a perspectiva unilateral de quem o invoca. Sua função é obstar políticas públicas capazes de pôr em risco o núcleo fundamental das garantias sociais estabelecidas e o patamar civilizatório mínimo assegurado pela Constituição. Aspectos marginais e acessórios da legislação infraconstitucional não podem ser elevados à condição de valores constitucionais fundamentais, pena de se constitucionalizar as leis ordinárias." (STF, ADI n. 5224, rela. Mina. Rosa Weber, Tribunal Pleno, j. em 09/03/2022). DEFENDIDO O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA. ELOCUÇÃO INCONGRUENTE. ESCOPO ABDUZIDO. CAPUT DO ART. 11, DA LEI N. 8.429/1992, QUE DEIXOU DE PREVER A PRÁTICA DE ATO ÍMPROBO, PASSANDO A INTRODUIR ROL TAXATIVO PARA RESPONSABILIZAÇÃO POR AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **REVOGAÇÃO DA CONDUTA PREVISTA NO ART. 11, INC. I, DA LEI 8.429/1992, QUE IMPLICA NA ABSOLVIÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS. PRECEDENTES.** "Apelação Cível. Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa. Lei n. 8.429/1992. [...] Condenação por atos de improbidade administrativa que importam em violação aos princípios da administração pública, com fundamento no art. 11, caput, inciso I, da LIA. Recursos apenas dos requeridos. Superveniência da Lei n. 14.230/2021. Aplicação a fatos pretéritos. Possibilidade. Direito administrativo sancionador. Incidência do art. 5º, XL, da CF/1988. Garantia de irretroatividade da lei, salvo para beneficiar o réu. Revogação dos incisos I e II, do art. 10 da LIA, tornando ainda taxativo o rol dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública. [...] Não há [...] como pretender buscar uma interpretação para reconhecer continuidade normativa típica das condutas até então albergadas pelo caput do art. 11 e inciso I. Improcedência do pedido." (TJSC, Apelação Cível n. 0900053-62.2015.8.24.0235, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. em 04/10/2022). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (TJSC, Apelação n. 5011493-25.2019.8.24.0018, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz Fernando Boller, Primeira Câmara de Direito Público, j. 31-01-2023, grifei)".*

No caso dos autos, descreve a peça póstica a ocorrência de violação ao disposto no art. 11, *caput*, e inciso I, da LIA, por ofensa ao princípio da legalidade, bem como descreve que as condutas perpetradas pelos requeridos também caracterizaram o desvio de finalidade, pois foram aplicados interesses exclusivamente privados em detrimento do interesse público. Nesses moldes, o *Parquet* requereu a condenação dos acionados às



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

sanções previstas nos incisos II e III do art. 12 da Lei n. 8.429/1992.

A redação original do ilícito imputado à parte requerida considerava improbidade toda e qualquer ofensa a algum dos princípios elencados. As situações em que essa violação estaria concretizada, elencadas nos incisos do art. 11, eram mencionadas a título exemplificativo, com caráter de *numerus apertus*.

Como visto, diverso é o tratamento que a figura típica passou a receber com a entrada em vigor da Lei n. 14.230/2021, que deu a seguinte redação ao *caput* do art. 11:

*"Art. 11. Constitui ato de **improbidade administrativa** que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, **caracterizada por uma das seguintes condutas**": (grife).*

A alteração é substancial no sentido de o elenco de condutas trazido pelos incisos do dispositivo deixar de ser exemplificativo, e passar a integrar o tipo delituoso como elemento essencial. A enumeração agora é feita em caráter de *numerus clausus*.

Nem toda ação contrária a algum dos princípios da administração pública configurará, nos termos da nova redação dada ao dispositivo, um ato de improbidade administrativa, que se caracteriza quando a violação se der por meio da prática de algumas das condutas tipificadas nos incisos do mesmo dispositivo.

Dentre as condutas descritas originalmente, algumas deixaram de ser consideradas tipificadoras da improbidade administrativa.

É o caso das previstas nos incisos I, II, IX e X, que foram revogadas.

Outras passaram a exigir a presença de requisitos objetivos que não estavam previstos na redação original - é o caso dos incisos III, IV, V e VI.

Outras ainda foram introduzidas pela nova lei - incisos XI e XII. Quanto a estas, há que considerar que se o dispositivo, na redação anterior, abrangia todas as ofensas aos princípios especificados no *caput*, pode-se concluir que, antes da alteração legislativa as novas figuras já estavam contidas na versão original do dispositivo.

Com a alteração promovida pela Lei n. 14.230/21, o que se tem é a especificação de quais as condutas que continuam a ser consideradas ilícitas.

Conclui-se, portanto, que os novos incisos não introduzem figuras típicas novas - antes, todas os eram, em tese - mas apenas dizem quais as figuras que, na espécie, continuam sendo típicas. Outras condutas, que poderiam ser consideradas típicas anteriormente, deixaram de o ser quando não inseridas em algum dos incisos do art. 11, em sua nova redação.

As figuras típicas remanescentes, portanto, são as seguintes:

"Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;

IV - negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;

V - frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros;

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

XI - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;

XII - praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos".

Como dito alhures, veicula a imputação lançada na exordial que a parte requerida atentou contra o Princípio da Legalidade, na medida em que CÉLIO ANTÔNIO, na condição de Prefeito e contratador à época, juntamente com as presidentes da Fundação Lagunense de Cultura, JANICE DOS REIS e DENISE PEGORARA ANTÔNIO, liberaram irregularmente verbas públicas para custear as despesas provenientes da realização do CARNAVAL 2010 do Município de Laguna, ao passo que os demais demandados, INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ESPORTIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA TÁTICA E AÇÃO e ÂNGELO LUIS MATOS beneficiaram-se com tal atitude ao receberem indevidamente dinheiro público.

Dessa forma, argumentou o *Parquet* que os requeridos agiram de forma ímproba, porquanto feriram princípios administrativos, especialmente o da legalidade, praticando ato visando fim proibido, embora possuindo pleno conhecimento de suas atribuições e das exigências legais, bem como caracterizando o desvio de finalidade, pois foram aplicados interesses exclusivamente privados em detrimento dos interesses públicos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

Ocorre que, com a superveniência da Lei n. 14.230/21, as condutas apuradas no presente feito não se subsumem a nenhuma das figuras típicas previstas nos incisos do art. 11 da Lei n. 8.429/1992, em sua redação atual.

A aplicação retroativa da Lei para os processos ainda em curso, como o presente caso, acaba por afastar a pretensão de aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/92, pois não mais tratam as condutas narradas na inicial como atos de improbidade administrativa.

Conforme bem consignou o Desembargador Paulo Henrique Moritz da Silva no julgamento da Apelação n. 0001517-39.2013.8.24.0067, Primeira Câmara de Direito Público, j. 08-02-2022, "*[...] criticável ou não fato é que essa é a opção legislativa, e, não havendo inconstitucionalidade, as regras já em vigor devem ser observadas e aplicadas.*"

Reafirmo, noutra toada, que ainda que se possa questionar a legalidade da conduta imputada, o legislador não a incluiu no rol taxativo do art. 11 da Lei n. 8.429/92, fulminando qualquer possibilidade de futura condenação pela via da ação de improbidade administrativa, por ausência de expressa previsão legal.

Dessarte, não há mais que se falar em condenação da parte requerida nas antigas condutas descritas no art. 11, *caput* e inciso I, da Lei de Improbidade Administrativa, pois, além de não haver substituto na nova legislação, é inviável a aplicação genérica (*caput*) do citado dispositivo legal.

Deve ser julgada improcedente, portanto, a pretensão formulada com base no art. 11, *caput*, e inciso I, da Lei n. 8.429/92, tendo em vista a necessidade de subsunção da conduta a uma daquelas especificadas nos incisos do dispositivo, o que não ocorre no caso em tela.

II.III Da pena a ser aplicada.

A Lei de Improbidade Administrativa (LIA) propõe considerável leque de penalidades passíveis de aplicação aos agentes ímprobos.

A propósito, dispõe a Lei n. n. 8.429/92 acerca da aplicação da pena pela prática de ato ímprobo:

"Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

II - na hipótese do art. 10 desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos; **(Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)**

[...]

IV - (revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º A sanção de perda da função pública, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, na hipótese do inciso I do caput deste artigo, e em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADI 7236)

§ 2º A multa pode ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado na forma dos incisos I, II e III do caput deste artigo é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 3º Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 4º Em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica, conforme disposto no § 3º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 5º No caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados por esta Lei, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso, nos termos do caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 6º Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere esta Lei deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 7º As sanções aplicadas a pessoas jurídicas com base nesta Lei e na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, deverão observar o princípio constitucional do non bis in idem. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 8º A sanção de proibição de contratação com o poder público deverá constar do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, observadas as limitações territoriais contidas em decisão judicial, conforme disposto no § 4º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 9º As sanções previstas neste artigo somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

§ 10. Para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, computar-se-á retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória. **(Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (Vide ADI 7236)".**

No que tange às sanções aplicáveis, verifica-se a ocorrência de gradação de acordo com a gravidade da improbidade, sendo as mais gravosas aquelas que implicam enriquecimento ilícito, ao passo se que as menos gravosas caracterizam-se como aquelas que atentam contra os princípios da Administração Pública. Desse modo, se uma conduta se enquadrar em mais de um artigo, deve ser sempre privilegiado aquele que for considerado mais grave pelo legislador.

Acerca deste mister, impende destacar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que *“as sanções do art. 12, incisos I, II e III, da Lei nº 8.429/92, não são necessariamente cumulativas, cabendo ao magistrado a sua dosimetria; em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que, evidentemente, perpassa pela adequação, necessidade e proporcionalidade estrito senso, aliás, como deixa entrever o parágrafo único do referido dispositivo, a fim de que a reprimenda a ser aplicada ao agente ímprobo seja suficiente à repressão e à prevenção da improbidade”* (STJ, REsp 980706/RS, Luiz Fux, 03.02.2011).

Assim, comprovado que os requeridos, na qualidade de agentes públicos, infringiram o disposto no art. 10, *caput*, incisos I, VIII e XII da Lei 8.429/92, devida é a aplicação das sanções previstas no art. 12, II, da Lei de Improbidade Administrativa.

Desse modo, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto e as condutas individualmente praticadas, bem assim considerado que (I) o requerido CÉLIO ANTÔNIO, na condição de Prefeito Municipal de Laguna, repassou à Fundação Lagunense de Cultura o valor a ser transferido ao requerido Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação, no Processo Administrativo 864/2010, que culminou no Convênio 005/2010; (II) a demandada JANICE DOS REIS, valendo-se do cargo de Presidente da Fundação Lagunense de Cultura, foi responsável por assinar o contrato que repassou o valor de R\$ 628.400,00 (seiscentos e vinte e oito mil e quatrocentos reais) ao Instituto; (III) a ré DENISE BARRETO PEGORARA ANTÔNIO, esposa do réu Célio Antonio e valendo-se, posteriormente, do cargo de Presidente da Fundação Lagunense de Cultura, foi responsável por assinar os dois termos aditivos, um que prorrogou o período de vigência do contrato até 28/02/2011 e outro que repassou o valor de R\$ 4.200,00 totalizando o valor de R\$ 632.600,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais e seiscentos reais) a título de subvenção social; (IV) O INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ESPORTIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA TÁTICA E AÇÃO foi quem recebeu os valores repassados indevidamente, bem como os valores arrecadados com a exploração dos pontos de comércio do Carnaval de 2010, sem a devida prestação de contas dentro do prazo e de controle, enquanto (V) ÂNGELO LUIS MATOS, Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação, foi quem se beneficiou diretamente dos valores auferidos pelo mencionado Instituto, e, para além dos elementos acima apontados, atendendo ao princípio da proporcionalidade e aos fins repressivos e pedagógicos da Lei de Improbidade



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

Administrativa, sopesando a extremada gravidade dos atos praticados pelos acionados, que, no exercício da função pública, causaram sérios prejuízos ao erário e à máquina pública do Município de Laguna, frustrando processo licitatório e permitindo, facilitando ou concorrendo para que terceiro se enriqueça ilicitamente, aplico, cumulativamente, as seguintes sanções legais:

(a) perda de eventual função pública que exerçam, estabelecendo a quebra de seu vínculo com o Poder Público – em qualquer de suas esferas;

(b) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos;

(c) pagamento, individualmente, de multa civil no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) cada, que deverá ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, ambos a contar a partir da data do evento danoso, isto é, o efetivo recebimento dos valores e

(d) pagamento, solidariamente, do ressarcimento integral do dano causado ao erário, o qual alcança o montante de R\$632.600,00 (seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos reais), que deverá ser revertido em favor do sujeito passivo dos atos de improbidade, ou seja, ao Município de Laguna, em atenção ao que dispõe o artigo 18 da Lei 8.429/92.

Cumpre ressaltar que, *"em tempos de valorização da probidade e da moralidade administrativa, é incoerente tolerar que alguém que se aproprie de recursos públicos continue a prestar seus serviços ao erário, quando judicialmente reconhecida a ausência de merecimento para tanto. A falta de confiança decorre da infringência do principal dever do servidor, que é o de conduzir-se segundo um padrão ético."*

A lei de improbidade descreve a perda da função pública como sanção sem definir a sua abrangência, dando margem a muitas interpretações. Deve-se sopesar que, se há previsão, por exemplo, de limite mínimo e máximo do tempo de suspensão dos direitos políticos, assim como há prazo para a manutenção do registro no rol dos culpados na esfera penal, não faz sentido imaginar que a intenção do legislador seria de tornar perpétuo o afastamento do múnus público. Por isso, entende-se que a perda da função pública corresponde ao cargo que o servidor ocupava e às atividades públicas as quais estava vinculado quando cometeu o ato ímprobo" (TJSC, Apelação Cível n. 2012.060954-4, da Capital, rel. Des. Jorge Luiz de Borba, j. 14-10-2014).

O montante da condenação deve ser reajustado (art. 1º da Lei 6.899/1981) pelo INPC e acrescido de juros moratórios (arts. 395 e 407 do CC/2002) de 1% ao mês. A data de incidência conta-se, em se tratando de danos materiais e/ou morais decorrentes de ilícito extracontratual, a partir do dia da ocorrência do fato, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que *"resultando o dever de ressarcir ao Erário de uma obrigação extracontratual, a fluência dos juros moratórios se principiará no momento da ocorrência do dano resultante do ato de improbidade, de acordo com a regra do art. 398 do Código Civil ('Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em*



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

mora, desde que o praticou') e da Súmula 54/STJ ('Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual')" (STJ, AgRg no AREsp 601266 / RS, Herman Benjamin, 17.05.2016).

Com essas considerações, portanto, exaurem-se as matérias aventadas nos autos.

III. DISPOSITIVO.

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina na presente ação civil pública e, por consequência, **CONDENO** os requeridos **Célio Antônio, Denise Barreto Pegorara Antônio, Janice dos Reis, Ângelo Luiz Matos e Instituto Brasileiro de Planejamento Esportivo e Educação Física Tática e Ação** pela prática dos atos de improbidade administrativa previstos no art. 10, *caput*, I, VIII e XII da Lei n. 8.429/92, na forma do art. 12, *caput*, II, do mesmo Diploma Legal, às seguintes sanções:

(a) **perda de eventual função pública** que exerçam, estabelecendo a quebra de seu vínculo com o Poder Público – em qualquer de suas esferas;

(b) **proibição de contratar com o Poder Público** ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos;

(c) pagamento, individualmente, de **multa civil** no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) cada, que deverá ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês e correção monetária, ambos a contar a partir da data do evento danoso, isto é, o efetivo recebimento dos valores e

(d) pagamento, solidariamente, do **ressarcimento integral do dano** causado ao erário, o qual alcança o montante de R\$632.600,00 (seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos reais), que deverá ser revertido em favor do sujeito passivo dos atos de improbidade, ou seja, ao Município de Laguna, em atenção ao que dispõe o artigo 18 da Lei 8.429/92.

Sobre os valores devidos incidirá correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso, considerado aqui a data de cada ato de improbidade, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que *"resultando o dever de ressarcir ao Erário de uma obrigação extracontratual, a fluência dos juros moratórios se principiará no momento da ocorrência do dano resultante do ato de improbidade, de acordo com a regra do art. 398 do Código Civil ('Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou') e da Súmula 54/STJ ('Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual')"* (STJ, AgRg no AREsp 601266 / RS, Herman Benjamin, 17.05.2016).

Ainda, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido postulado na inicial fundado no art. 11, *caput*, inciso I, da Lei n. 8.429/92, diante da superveniência da



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

Lei n. 14.230/21, o que faço com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sem honorários (STJ, REsp n. 493.823/DF, rel. Min. Eliana Calmon; REsp 363.949/SP, rel. Min. Franciulli Netto; REsp n. 406.767/SP, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito; REsp n. 153.829/SP, rel. Min. Milton Luiz Pereira; e REsp n. 422.801/SP, rel. Min. Garcia Vieira).

Ante a sucumbência, condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Transitada em julgado, promova-se a inserção da condenação no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa – CNCIA, do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Resolução n. 44/2007 e, após, arquivem-se os autos.

Documento eletrônico assinado por **KLAUSS CORREA DE SOUZA, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310038822595v460** e do código CRC **4ee2f028**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): KLAUSS CORREA DE SOUZA

Data e Hora: 17/2/2023, às 14:50:8

1. FAZZIO JUNIOR, Waldo. Improbidade Administrativa, 4ª edição. Grupo GEN, 2016.

2. Ibidem.

3. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática. Grupo GEN, 2020.

Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991333/>>.

0900061-08.2016.8.24.0040

310038822595.V460



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

Rua Arcângelo Bianchini, 69 - Bairro: Progresso - CEP: 88790-000 - Fone: (48)3622-7332 - Fiscal 483622-7334 JEC483622-7342 - Email: laguna.civel2@tjsc.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL Nº 0900061-08.2016.8.24.0040/SC

OFÍCIO Nº 310067976367

Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA e SANDRA GOULART GIESTA DA SILVA - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA LAGUNA

CELIO ANTONIO, CPF: 60165146915, DENISE BARRETO PEGORARA ANTONIO, CPF: 66012074972, JANICE DOS REIS, CPF: 22148485920, ANGELO LUIZ MATOS, CPF: 59440996900 e INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ESPORTIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA TÁTICA E AÇÃO, CNPJ: 05210250000170

Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA e SANDRA GOULART GIESTA DA SILVA - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA LAGUNA

CELIO ANTONIO, CPF: 60165146915, DENISE BARRETO PEGORARA ANTONIO, CPF: 66012074972, JANICE DOS REIS, CPF: 22148485920, ANGELO LUIZ MATOS, CPF: 59440996900 e INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ESPORTIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA TÁTICA E AÇÃO, CNPJ: 05210250000170

Prezados (as) Senhores (as)

Pelo presente, em razão da sentença retro, julgada procedente em parte e transitada em julgado, comunico as seguintes sanções as pessoas físicas e jurídicas do rol abaixo, a partir da data de 08/11/2024:

- a) Condeno os réus à perda de eventual função pública que exerçam, estabelecendo a quebra de seu vínculo com o Poder Público – em qualquer de suas esferas;
- b) Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócias majoritárias, pelo prazo de 12 (doze) anos.

Rol: CELIO ANTONIO, CPF: 60165146915, DENISE BARRETO PEGORARA ANTONIO, CPF: 66012074972, JANICE DOS REIS, CPF: 22148485920, ANGELO LUIZ MATOS, CPF: 59440996900 e INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ESPORTIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA TÁTICA E AÇÃO, CNPJ: 05210250000170

Documento eletrônico assinado por **STEFAN MORENO SCHOENAWA, Juiz de Direito**, em 8/11/2024, às 18:31:19, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 2006. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310067976367v3** e do código CRC **71e6281a**.

SEPROJ/PGE

25 NOV 2024

Limite do texto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO

Caso não seja possível a entrega desta notificação ao destinatário, favor enviá-la para:

Destacar o AR, encaminhá-lo ao CDIP após a entrega em até D+1 (preferencialmente no mesmo dia) e destruir o objeto principal na unidade.

2ª Vara Cível da Comarca de Laguna

Rua Arcângelo Bianchini, 69, -, Progresso
88790-000, Laguna, SC

Para uso dos Correios

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

Assinatura/matricula funcionário



Tribunal de Justiça de
Santa Catarina (eproc)



AR
Digital

Carta

9912239932/2015-SE/SC

TJ/SC

Correios



ESTADO DE SANTA CATARINA

Avenida Prefeito Osmar Cunha, 220, -, Centro

88015-100

Florianópolis, SC



Postagem: 13/11/2024

BV694710484BR





Of.PROCONT/PGE nº 063953/2024 - 2023.01.006923.

Florianópolis, 02 de dezembro de 2024.

ASSUNTO PRINCIPAL: Improbidade Administrativa - Devolução valores, multa, perda direitos políticos - Servidor Público

AUTOS DO PROCESSO Nº 0900061-08.2016.8.24.0040

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Santa Catarina e outro

Senhor(a) Consultor(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, relativamente ao processo acima numerado, **informo-lhe que foi proferida sentença¹, transitada em julgado², na qual foram julgados procedentes, em parte, os pedidos constantes na inicial, notadamente:**

Prezados (as) Senhores (as)

Pelo presente, em razão da sentença retro, julgada procedente em parte e transitada em julgado, comunico as seguintes sanções as pessoas físicas e jurídicas do rol abaixo, a partir da data de 08/11/2024:

a) Condene os réus à perda de eventual função pública que exerçam, estabelecendo a quebra de seu vínculo com o Poder Público – em qualquer de suas esferas;
b) Proibição de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócias majoritárias, pelo prazo de 12 (doze) anos.

Rol: CELIO ANTONIO, CPF: 60185146915, DENISE BARRETO PEGORARA ANTONIO, CPF: 66012074972, JANICE DOS REIS, CPF: 22148485920, ANGELO LUIZ MATOS, CPF: 59440996900 e INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ESPORTIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA TÁTICA E AÇÃO, CNPJ: 05210250000170

Diante da sentença proferida, os réus interpuseram recurso de apelação, o qual não foi provido. Posteriormente, opuseram embargos de declaração, também rejeitados por unanimidade pela Egrégia 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Por fim, interpuseram recurso especial, que foi inadmitido.

Sendo assim, **requisito a esta Pasta o imediato cumprimento da decisão supracitada, no que tange às suas atribuições.**

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

RENATO DOMINGUES BRITO
Procurador do Estado

Ilmo.(a) Senhor (a)
Consultor (a) Jurídico (a)
Secretaria de Estado da Administração
Enviado via PGE.Net

¹ Sentença consta à pp. 60-76 dos autos internos.

² Certidão de Trânsito em Julgado consta à pp. 79 dos autos internos.